

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.540.924 - PR (2019/0201811-4)**

**RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE : PAULO SERGIO DE MARCO LEAL**  
**ADVOGADO : SÉRGIO ANTÔNIO MEDA - PR006320**  
**AGRAVADO : ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADOR : CARLA MARGOT MACHADO SELEME - PR021749**

## DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por PAULO SÉRGIO DE MARCO LEAL contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL E AGRAVO RETIDO. EMBARGOS A EXECUÇÃO. CONTRATO DO BANESTADO CEDIDO AO ESTADO DO PARANÁ. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO DO EMBARGANTE. AGRAVO RETIDO. PARTE QUE, EXPRESSAMENTE, REITERA APENAS PARTE DO RECURSO. CONHECIMENTO PARCIAL. INCIDÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL PREVISTO NO ART. 1 DO DEC. 20.910/32. IMPOSSIBILIDADE. CRÉDITO DE ORIGEM PRIVADA QUE FOI CEDIDO AO ESTADO DO PARANÁ E QUE NÃO PERDE A SUA NATUREZA JURÍDICA. PRESCRIÇÃO QUE DEVE OBSERVAR O ART. 206, §52, INCISO I C/C ART. 2.028, AMBOS DO CÓDIGO CIVIL. AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO NO CASO CONCRETO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA NÃO PROVIDO.*

*APELAÇÃO CÍVEL. 1. AFASTAMENTO DA MORA. POSSIBILIDADE. RECONHECIMENTO DA ABUSIVIDADE DOS ENCARGOS INCIDENTES NO PERÍODO DE NORMALIDADE CONTRATUAL. ENTENDIMENTO FIRMADO EM RECURSO REPETITIVO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (RESP. Nº 1.061.530/RS). 2. APLICAÇÃO POR ANALOGIA DA LEGISLAÇÃO ATINENTE ÀS CÉDULAS RURAIS PARA FINS DE LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE. CONFISSÃO DE DÍVIDA EXECUTADA QUE TEM ORIGEM EM CONTRATOS DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE. PARTE QUE, ADEMAIS, NÃO COMPROVOU QUE O CRÉDITO CONCEDIDO SE DESTINOU AO FOMENTO DA ATIVIDADE RURAL. 3. ALTERAÇÃO DA DATA CONSIDERADA COMO DA PRIMEIRA INADIMPLÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. INSTRUMENTO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA QUE EXPRESSAMENTE INDICA O INADIMPLEMENTO NA MESMA DATA CONSIDERADA NA SENTENÇA. 4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE SUA COMPENSAÇÃO. SÚMULA 306 DO STJ QUE FOI SUPERADA PELO ART. 85, §142 DO CPC/15. SUCUMBÊNCIA REDISTRIBUÍDA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO" (fls. 1.524-1.525, e-STJ).*

Os embargos declaratórios foram rejeitados (fl. 1.567, e-STJ).

No recurso especial, o recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial,

# Superior Tribunal de Justiça

violação do art. 1º do Decreto nº 20.910/1932, pois o prazo prescricional para cobrança de dívidas do Estado de natureza não tributária é quinquenal.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Contraminuta às fls. 1.654-1.656 (e-STJ).

É o relatório.

## **DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

O tribunal estadual dirimiu a controvérsia em consonância com a jurisprudência desta Corte.

A saber:

**"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. ESTADO DE MINAS GERAIS COMO SUCESSOR DO BANCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS S/A (BEMGE). INAPLICABILIDADE DO DECRETO N. 20.910/32. NORMA ESPECÍFICA RESTRITA ÀS HIPÓTESES ELENCADAS. CESSÃO DE CRÉDITO. REGIME JURÍDICO DO CEDENTE. APLICAÇÃO DOS PRAZOS DE PRESCRIÇÃO DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 E DE 2002. INCIDÊNCIA DA NORMA DE TRANSIÇÃO DO ART. 2.028 CC. PRESCRIÇÃO NÃO IMPLEMENTADA.**

**1. Ação ordinária de cobrança movida pelo Estado de Minas Gerais, como sucessor do Banco do Estado de Minas Gerais S/A (BEMGE), proposta em julho de 2007, de dívida estampada em cédula de crédito rural, vencida em julho de 1998.**

**2. Inexistência de violação ao art. 535 do CPC quando o Tribunal de origem manifesta-se de forma clara e suficiente acerca da matéria que lhe é submetida a apreciação, sendo desnecessário ao magistrado rebater cada um dos argumentos declinados pela parte.**

**3. Inaplicabilidade do Decreto n. 20.910/32 quando a Fazenda Pública seja credora, pois, por ser norma especial, restringe-se sua aplicação às hipóteses em que os entes públicos sejam devedores (art. 1º).**

**4. Na cessão de crédito, o regime jurídico aplicável é o do cedente, e não o do cessionário.**

**5. O prazo prescricional da ação de execução de cédula de crédito rural seria de três anos, a contar do vencimento (art. 60 do Decreto-Lei n. 167/67 e art. 70 do Decreto n. 57.663/66).**

**6. Prescrita a execução, permite-se o manejo da ação ordinária de cobrança, ajuizada no prazo geral de prescrição das ações pessoais, previsto no Código Civil de 1916, que era de vinte anos.**

**7. Com a vigência do Código Civil de 2002, o prazo prescricional passou a ser de cinco anos, na forma do art. 206, § 5º, I ("prescreve em cinco anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular).**

**8. Aplicação da regra de transição acerca da prescrição, considerando-se interrompido o prazo na data do início da vigência do Código Civil de 2002 (11/01/2003) e passando a fluir, desde então, a prescrição quinquenal do novo estatuto civil.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

9. Inocorrência de prescrição, na espécie, pois a ação de cobrança foi ajuizada em julho de 2007.

10. Doutrina de Câmara Leal acerca do tema e precedentes desta Corte.

11. **RECURSO ESPECIAL PROVIDO**"

(REsp 1.153.702/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/4/2012, DJe 10/5/2012).

*"RECURSO ESPECIAL. REPETITIVO. RITO DO ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE COBRANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CADERNETA DE POUPANÇA. CAIXA ECONÔMICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - MINAS CAIXA. AUTARQUIA ESTADUAL. SUCESSÃO PELO ESTADO DE MINAS GERAIS. COMPETÊNCIA DA SEGUNDA SEÇÃO. RELAÇÃO CONTRATUAL DE DIREITO PRIVADO. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA DO DECRETO Nº 20.910/32.*

1. A Segunda Seção é competente para julgar os feitos oriundos de ações de cobrança em que se busca o pagamento da diferença de correção monetária de saldo de caderneta de poupança por se tratar de relação contratual de direito privado.

2. Para efeitos do art. 543-C do CPC: o prazo prescricional da ação individual de cobrança relativa a expurgos inflacionários incidentes sobre saldo de caderneta de poupança proposta contra o Estado de Minas Gerais, sucessor da MINAS CAIXA, é vintenário, não se aplicando à espécie o Decreto nº 20.910/32 que disciplina a prescrição contra a Fazenda Pública.

3. Aplicação ao caso concreto: recurso especial conhecido e provido"

(REsp 1.103.224/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/12/2012, DJe 18/12/2012).

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator